



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Cuiabá-MT, 01,02 e 03 de abril de 2014

Fonte: www.rdnews.com.br

Quinta-Feira, 03 de Abril de 2014, 07h:10 | Atualizado: 35min atrás

Hospital psiquiátrico fica sem luz por 2 dias; governo joga culpa em raio

Camila Cervantes



Denúncia mostra internos fazendo refeição a luz de velas devido à falta de energia no Adauto Botelho



Uma denúncia sobre o descaso vivido por profissionais e pacientes do hospital psiquiátrico Aduino Botelho é retratada em imagem, enviada ao **Rdnews**, nesta quarta (2), na qual os internos jantam a luz de vela. Conforme o denunciante, que não quer se identificar, a unidade encontra-se sem energia desde terça (1º de abril). Na última terça (25), o hospital também teve o mesmo problema. Informações dão conta que no setor de enfermagem a situação é preocupante, uma vez que para aplicar injeção ou verificar a pressão os profissionais têm dificuldades, pois no escuro não há como ter precisão no atendimento.

Além disso, o mal estar devido ao calor também tem afetado a todos. Segundo a pessoa que fez a denúncia, os funcionários já acionaram a direção do hospital, no entanto, estes alegaram que o problema foi repassado à Cemat. A Central foi ao local, semana passada, e “resolveu” a situação. De todo modo, o imbróglio continua, pois conforme a fonte, a fiação da unidade hospitalar está comprometida, tendo em vista que vários aparelhos foram queimados devido ao problema.

O Aduino Botelho é de responsabilidade do governo estadual. A secretaria de Estado de Saúde também foi acionada pelos profissionais que atuam na unidade, contudo, não tiveram o retorno. Além da falta de energia, há ausência de material para atendimento aos internos, bem como condições de trabalho aos funcionários.

Procurada pela reportagem, a assessoria da SES informa que a falta de energia ocorreu em razão de um raio por conta da tempestade que caiu no disjuntor, nesta terça. Argumenta que o mesmo incidente aconteceu na semana passada. A pasta ainda ressalta que técnicos da Cemat passaram a quarta (2) tentando solucionar o problema e, por isso, precisaram interromper o fornecimento de energia na região. E que ainda ontem tudo estaria resolvido.



Fonte: www.rdnews.com.br

CÁCERES

Ex-secretária tem bens bloqueados; Justiça manda afastar procuradores

Tarso Nunes

A Justiça determinou o sequestro do imóvel da ex-secretária de Saúde e servidora efetiva do Estado, Arleme Alcântara, bem como o afastamento preventivo do cargo e o bloqueio de valores depositados em sua conta. Além dela, outras 22 pessoas tiveram os valores bancários sequestrados. “Bloqueio de valores atualmente depositados e que vierem a ser creditados nas contas bancárias dos envolvidos no valor de R\$ 2,5 milhões, em cada conta”, diz trecho da decisão do juiz federal da 1ª Vara Federal de Cáceres Mauro Pantini, no qual o **Rdnews** teve acesso.

Consta no despacho do magistrado, a determinação de afastar os procuradores da Prefeitura de Cáceres, Maria Luiza Vila Ramos de Faro e Gilberto José da Costa, de suas funções, além de outros 19 funcionários. “Para prevenir a reiteração criminosa e evitar o atentado à prova, prejudicando a instrução criminal”, diz trecho da decisão.

Pantini autorizou ainda quebra de sigilo de dados do meio de informática, apreendidos nas buscas e apreensões requeridas, assim como a realização de perícias e análises dos materiais apreendidos. O juiz, no entanto, indeferiu a divulgação de conteúdos das interceptações telefônicas até a efetiva conclusão das investigações. “Porém, autorizo a divulgação das demais informações, a critério da autoridade policial e do órgão do Ministério Público Federal”.

O magistrado deferiu também o compartilhamento de provas com a Receita Federal, Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, Procuradoria Nacional da Fazenda e Ministério Público Federal. “A fim de subsidiar os eventuais procedimentos administrativos de atribuição desses órgãos bem como de proporcionar a instrução de eventuais pleitos do ressarcimento das fazendas públicas lesadas, no âmbito civil”.



Ao final, o juiz faz 14 deliberações, dentre elas, a prisão preventiva e temporária com prazo de cinco dias; mandado de intimação coercitiva; mandados de busca e apreensão; mandado de intimação do prefeito de Cáceres, Francis Maris (PMDB), para cumprir a decisão no que tange o afastamento dos funcionários.

Operação Fidare

Foi desmantelada nesta terça (1º de abril), pela Polícia Federal, a Operação Fidare. Conforme as investigações, o grupo desviava recurso dos programas: Assistência Farmacêutica, de Saúde da Família e Piso de Atenção Básica à Saúde, que são destinados à aquisição de medicamentos. Quinze empresas participavam do esquema, que teria causado prejuízo de R\$ 2,5 milhões.

O ex-secretário municipal de Saúde Luiz Landim, que comandava a pasta na gestão passada, teve a prisão preventiva decretada por suposta participação no esquema, assim como diversos servidores e até o secretário municipal de Finanças, Odiner Gonçalves de Sá. Ao todo, foram expedidos 113 mandados judiciais, sendo 30 de prisão preventiva, 17 de prisão temporária, 13 de conduções coercitivas e 53 de busca e apreensão.

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Quarta, 02 de abril de 2014, 13h24

fim do mistério

Deputado requer informações de pagamento às OSS

Lis Ramalho, repórter do GD

Médicos e prestadores de serviços acusam as Organizações Sociais de Saúde (OSS) de não honrarem com o pagamento dos salários e contratos. Já o governo do Estado alega que está a folha e os pagamentos em dia. Para acabar com o impasse, o deputado estadual, Guilherme Maluf (PSDB) solicitou à Secretaria Estadual de Saúde (SES) informações sobre os repasses financeiros feitos a todas as organizações sociais em atividade no estado de Mato Grosso, durante o ano de 2013.



O parlamentar usou da tribuna na Assembleia Legislativa, na sessão desta quarta-feira (2) e informou que já encaminhou um requerimento para saber se foram cumpridas as metas em relação aos procedimentos contratados com cada uma das OSS no ano de 2013 e qual o valor monetário repassado para cada uma das OSS no ano de 2013.

“Recebi denúncias do hospital de Colíder, no sentido de que não está se fazendo saúde e atendimento naquele hospital. Importantíssimo por sinal, porque atende boa parte da região norte do Estado. Tenho informações que a Secretaria está repassando os recursos, mas há médicos que dizem que não. Fornecedores também afirmam que não estão recebendo e a população está sendo penalizada. Há hospitais que funcionando direito, mas em Colíder não”.

Outro hospital, que o parlamentar disse ter recebido reclamações é o Metropolitano, em Várzea Grande. “Nas cirurgias bariátricas, por exemplo, foi feito aditivo ao contrato, mas as pessoas que estavam na fila não foram chamadas até agora ou foram adiadas as cirurgias que estavam marcadas”.

Questionado sobre o funcionamento das OSS em outros estados, Maluf disse que apesar de alguns serem melhores que em Mato Grosso, nunca funcionam 100%. “Em outros estados funcionam, mas nunca 100%. Há organizações que dão resultados, outras não. Eu defendo que seja feita uma comissão eficiente de acompanhamento, é necessário. Não defendo acabar com as OSS, não é esse o caminho, mas que haja acompanhamentos, fiscalização dos recursos”.

Os deputados, José Domingos Fraga e Pedro Satélite, ambos PSD, também usaram da tribuna para criticar o atual modelo de gestão. Domingos disparou que a gestão das OSS é 3 vezes mais cara que através da própria administração e defende que haja uma fiscalização. “Não tem fiscalização, investigação. O secretário Jorge Lafeté está em uma encruzilhada. Ele está sendo mais secretário de Fazenda e Planejamento, que de Saúde. Por isso a Saúde está engessada”.



Fonte: www.saude.mt.gov.br

Notícia

02/04/2014 - Anderson Acendino SES/MT

Saúde do Estado divulga dados de Gripe H1N1 em 2014

Influenza A (H1N1)

A Secretaria de Estado de Saúde divulga as ocorrências por Gripe A/H1N1 em todo o Estado de Mato Grosso no ano de 2014. De 01 de janeiro a 01 de abril, foram notificados 27 casos, sendo 05 positivos (03 Cuiabá, 01 Várzea Grande e 01 Colider).

No ano de 2013 o fechamento das ocorrências por Gripe A/H1N1 em todo o Estado de Mato Grosso foi de 190 casos de gripe, dos quais 15 são positivos para Influenza A H1N1, 15 casos de Influenza B, 8 casos de Influenza A H3N2, e 09 por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), 02 casos inconclusivos, 116 casos descartados e 25 casos em investigação. O Estado teve 11 óbitos confirmados, sendo 05 por A H1N1 (03 Cuiabá, 01 Sorriso, 01 Rondonópolis), 02 por AH3N2 (1 Juara e 01 Campo Novo dos Parecis), 01 Influenza B (Cuiabá) e 03 por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

COMO SE PREVENIR: Medidas simples de higiene pessoal são ações fundamentais para evitar a contaminação por influenza. É importante higienizar as mãos com água e sabão, com frequência, principalmente depois de tossir ou espirrar; após usar o banheiro; antes de comer; antes de tocar os olhos, boca e nariz. Também é recomendável que as pessoas evitem tocar os olhos, nariz ou boca após contato com superfícies; usar lenço de papel descartável e proteger a boca e o nariz ao tossir ou espirrar.

É aconselhável ao doente não sair de casa enquanto estiver em período de transmissão da doença (até sete dias após o início dos sintomas) ; evitar aglomerações e ambientes fechados. É importante que o ambiente doméstico seja arejado e receba a luz solar. Estas medidas ajudam a eliminar os agentes das infecções respiratórias. A ingestão abundante de líquidos ajuda na cura



Fonte: www.saude.mt.gov.br

Notícia

02/04/2014 - CIDA CAPELASSI Assessoria SES/MT

Saúde pronta para evento teste da Copa do Mundo 2014

Os preparativos na área de Saúde estão prontos para o evento teste, com o jogo pela Copa do Brasil entre Mixto e Santos. A Saúde do Estado ficou responsável pela organização Geral em conjunto com a Câmara Temática da Saúde da Secopa.

O Secretário de Estado de Saúde, Jorge Lafeté adiantou que toda a assistência médica do evento terá a mesma estrutura que será realizada durante a Copa do Mundo pela FIFA, e conta também com a parceria do Bombeiro Militar, Secretarias Municipais de Saúde de Cuiabá e Várzea Grande. "Neste evento teste a Fifa e o Ministério da Saúde estarão fiscalizando todas as ações de Saúde. Nossas equipes estão preparadas e foram treinadas pela Força Nacional do SUS. Todos estão devidamente treinados para atendimento simples até em situações de catástrofe", assegurou o secretário.

Na Arena Pantanal estão montados 6 postos médicos avançados (PMA) com pelo menos 1 médico intensivista/cardiologista, 1 enfermeiro e 2 técnicos de enfermagem e com leito de terapia intensiva; 2 equipes de socorristas, com médicos cardiologistas/intensivistas a beira de campo; 15 equipes de socorristas com kit de primeiros socorros com desfibrilador externo automático (DEA). Também foi montada sala de crise dentro da Arena com representantes das instituições. Ficarão a disposição durante a realização do evento 4 ambulâncias UTI, 3 ambulâncias básicas; radio-comunicação integrando a Arena Pantanal com os Hospitais e Pronto Socorro de Cuiabá e Várzea Grande, com as ambulâncias, Posto Médico Avançado, Socorristas, Central de Regulação, Serviço Móvel de Urgência SAMU 192 e Gabinete do Secretário de Estado de Saúde.

O Hospital Estadual Metropolitano de Várzea Grande será referência na Atenção Terciária (médico-hospitalar) com todas as equipes de prontidão. Na atenção secundária a Policlínica do Verdão terá a escala médica dobrada. O Hospital Municipal de Várzea Grande e SAMU 192 terão estrutura similar a que acontecerá durante a Copa do Mundo.

Jorge Lafeté disse ainda que as 94 pessoas, entre gestores, médicos, socorristas envolvidos diretamente nas ações de Saúde estão alinhadas e prontas. "Executamos uma capacitação onde foi aplicado o protocolo europeu de reanimação cardíaca - padrão usado pela Fifa. Isso tudo para maior segurança nos atendimentos. Essas equipes vem sendo capacitadas desde os eventos já realizados no Estado que foram as Olimpíadas Estudantis e Indígenas. Agora estão partindo para um desafio maior, o Mundial. O Plano Operativo da Saúde para a Copa do Mundo esta em execução e este teste será muito importante para avançarmos mais.", disse ele.

Fonte: www.saude.mt.gov.br

Notícia

03/04/2014 - Anderson Acendino SES/MT



Estado divulga dados de dengue de 1 de janeiro a 03 de abril de 2014



(foto: Arquivo SES/MT)

De acordo com os dados do SINAN online, de 1º janeiro a 03 de abril de 2014, o Estado de Mato Grosso registrou 3.776 casos notificados de dengue, sendo que o Estado registrou 07 ocorrências de óbitos com 05 que estão em investigação (01 Alta Floresta, 01 Cuiabá, 01 Campo Novo dos Parecis, 01 Várzea Grande e 01 em Lucas do Rio Verde) e 02 confirmados (01 em Sinop e 01 em Rondonópolis).

Cuiabá registrou 339 casos, Rondonópolis 215 casos, Sinop 1.017 casos e Várzea Grande 173 casos.

No ano de 2013 as notificações no mesmo período foram de 27.798 casos notificados no Estado.

CUIDADOS - Combata os focos do mosquito em sua casa, seguindo as seguintes orientações: Limpe calha dos telhados; limpe os pratinhos dos vasos de plantas; mantenha piscinas limpas; não deixe formar poças d'água; elimine qualquer tipo de material que possa acumular água; garrafas ou recipientes sempre virados de boca para baixo; pneus mantidos em locais cobertos para não acumular água; tampe bem as caixas d'água e os poços.

Fonte: www.saude.mt.gov.br

Notícia

03/04/2014 - Anderson Acendino Assessoria SES/MT

Campanha de vacinação da gripe inicia dia 22 de abril



(foto: Arquivo SES/MT)

A Secretaria de Estado de Saúde seguindo o cronograma do Ministério da Saúde realiza de 22 de abril a 09 de maio de 2014 a 16ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza, sendo 26 de abril o dia "D" de mobilização nacional.

Durante a Campanha serão vacinadas crianças na faixa etária de seis meses a menores de cinco anos, além de pessoas portadoras de co-morbidades, idosos acima de 60 anos, trabalhadores da saúde das Unidades que fazem atendimento para a influenza, povos indígenas, população privada de liberdade, puérperas e as gestantes.

Em Mato Grosso a meta é vacinar 682.996 pessoas, sendo 244.775 idosos de 60 anos e mais, 225.534 crianças de 06 meses a menores de 05 anos, 38.413 gestantes, 6.314 puérperas, 55.496 profissionais de saúde, 40.272 indígenas, 65.068 pessoas com co-morbidade e 7.124 pessoas privadas de liberdade.

Para o Estado de Mato Grosso foram disponibilizados 733.640 doses. A meta da campanha é de 80% de pessoas vacinadas, serão disponibilizados 815 postos de vacinação, 302 veículos e 4.300 recursos humanos, distribuídos nos 141 municípios do Estado.

A Doença - A Influenza é uma doença respiratória infecciosa de origem viral, e é um problema de saúde pública no Brasil. Esta patologia pode levar a complicações graves e ao óbito, especificamente nos grupos de alto risco para as complicações da infecção viral (crianças menores de 05 anos de idade, gestantes, adultos com 60 anos ou mais, portadores de doenças crônicas não transmissíveis e outras condições especiais)



Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / Ciência & Saúde

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A A A](#)

01/04/2014 - 19:50

Secretaria de Saúde investiga se paciente contraiu dengue em Curitiba

G1

A Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba (SMS) investiga um caso suspeito de dengue que pode ter sido contraído na capital. Se for confirmado, este será o primeiro caso autóctone de dengue em Curitiba, ou seja, quando o paciente contraiu a doença na própria cidade - sem viajar para outra localidade.

A notificação do caso suspeito ocorreu no dia 21 de fevereiro em um hospital de Curitiba. De acordo com a SMS, o paciente já está recuperado e todos os procedimentos de combate ao mosquito transmissor da dengue, o *Aedes aegypti*, foram tomados perto do local onde o paciente mora, nas proximidades do Jardim Botânico.

Até o final de março de 2014, Curitiba registrou 102 focos do mosquito da dengue, um índice inferior a 1%, na classificação do Ministério da Saúde. Segundo a SMS, a maioria dos focos foi encontrada em borracharias, comércios de sucata e depósitos de transportadoras.

A secretaria alerta para o cuidado no combate ao mosquito, já que neste ano, Curitiba e Região Metropolitana apareceram duas vezes na classificação de "risco alto para a dengue" elaborada pelo Serviço de Alerta Climático de Dengue no Laboratório de Climatologia UFPR. As duas ocasiões foram nas semanas de 29 de dezembro a 4 de janeiro e de 2 a 8 de fevereiro. Nas outras semanas, a classificação foi de "risco médio" de contaminação.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

A SMS informa que quem sentir febre alta, dor de cabeça e no fundo dos olhos, dores pelo corpo e nas articulações, náuseas e manchas vermelhas pelo corpo, deve procurar imediatamente um serviço de saúde para fazer uma avaliação.

A secretaria alerta para o cuidado no combate ao mosquito, já que neste ano, Curitiba e Região Metropolitana apareceram duas vezes na classificação de "risco alto para a dengue" elaborada pelo Serviço de Alerta Climático de Dengue no Laboratório de Climatologia UFPR. As duas ocasiões foram nas semanas de 29 de dezembro a 4 de janeiro e de 2 a 8 de fevereiro. Nas outras semanas, a classificação foi de "risco médio" de contaminação.

A SMS informa que quem sentir febre alta, dor de cabeça e no fundo dos olhos, dores pelo corpo e nas articulações, náuseas e manchas vermelhas pelo corpo, deve procurar imediatamente um serviço de saúde para fazer uma avaliação.

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Quarta, 02 de abril de 2014, 09h31

estaca zero

Henry ficará em tempo integral no Hospital Santa Rosa

Gláucio Nogueira, editoria do GD

João Vieira



Após ter declarada a perda do cargo público, o ex-deputado federal Pedro Henry (PP) volta a dar expediente integral na coordenação administrativa do Hospital Santa Rosa em Cuiabá. A mudança no horário de trabalho foi autorizada, nesta terça-feira (1º), pelo juiz da 2ª Vara Criminal de Cuiabá, Geraldo Fidélis.

O magistrado realizou audiência para cobrar explicações sobre saídas, não autorizadas, por parte do ex-parlamentar, condenado a 7 anos e 2 meses de prisão por participação no esquema do Mensalão. Henry alegou que no momento em que foi visto, na avenida Historiador Rubens de Mendonça, estava se dirigindo ao



escritório de seus advogados, Décio e Raphael Arantes, para tratar da decretação da perda do cargo de perito médico-legista do Instituto Médico Legal (IML).

“Oras, toda pessoa tem direito a ampla defesa e, havendo irresignação a cerca de qualquer decisão, pode buscar auxílio do profissional do direito para defender seus interesses. (...) Assim, dou por plenamente justificada a conduta do Sr. Pedro Henry Neto”, afirma o magistrado em trecho da decisão.

Diante da perda do cargo público, a defesa de Henry também protocolou novo contrato firmado entre o ex-deputado e o Hospital Santa Rosa, com jornada de trabalho de segunda a sexta das 7h às 11h e das 13h às 17 e aos sábados das 7h às 13h com salário de R\$ 7,5 mil.

A solicitação de alteração na jornada de trabalho foi acolhida por Fidélis. “Por fim, para evitar maiores incompreensões, AUTORIZO o Sr. Pedro Henry Neto a, na hora do almoço, se deslocar até o banco onde possui conta corrente”.

Preso desde dezembro do ano passado, após receber condenação definitiva pelo crime de corrupção passiva, Henry começou a trabalhar no hospital no dia 9 de janeiro. No mesmo mês, tomou posse do cargo que ocupava no IML até 1996 e passou a dividir seu dia de trabalho entre as duas funções.

No entanto, após pedido de revisão formulado pelo Ministério Público Estadual, foi constatado que, na sentença proferida pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), havia a decretação da perda do cargo público, o que foi efetivado na última semana.

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Quarta, 02 de abril de 2014, 19h51

DIREITO À SAÚDE

Juíza obriga Estado fornecer home care a idoso em 48h

Wellington Sabino, repórter do GD

Reprodução



Decisão é da juíza Maria Mazarelo Farias Pinto

a decisão fosse dada apenas ao final do processo. Ela estipulou multa diária de R\$ 500 caso a decisão seja descumprida.

Por decisão da juíza Maria Mazarelo Farias Pinto, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Rondonópolis (212 km ao sul de Cuiabá), o Estado terá que fornecer em 48h o serviço de home care ao idoso Carlos Brasil Diniz que apresenta sequelas decorrentes de um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Ao deferir a antecipação de tutela na ação ajuizada pelo advogado Heriton Diniz, a magistrada sustentou que os danos seriam irreparáveis caso

O idoso morador de Rondonópolis apresenta sequelas neurológicas decorrentes de um AVC por aneurisma cerebral e que elas são definitivas e incapacitantes. Também apresenta quadro de isquemia encefálica com alterações nas funções motoras e cognitivas e atualmente encontra-se acamado, sem se comunicar, pois realizou uma traqueostomia e também uma gastrotomia. Por conta desse quadro, precisa de um enfermeiro e de um cuidador 24h por dia, além de acompanhamento, orientação e tratamento de uma equipe multidisciplinar, formada por fisioterapeuta, nutricionista e médico, que deve ser fornecida pelo Programa Saúde da Família (PSF).

Mas ele não possui condições financeiras de arcar com todas as despesas do Home Care, sem prejuízo do próprio sustento e de toda a sua família. E relata no processo que o atendimento não pode ser realizado pelo Sistema de Saúde Estadual, diante da falta do credenciamento do referido serviço.

A magistrada ao analisar os documentos juntados aos autos enfatizou que meio de laudos médicos ficou demonstrado que ele realmente necessita de atendimento domiciliar Home Care 24 horas diante de seu atual quadro clínico. E que já fora examinado por médico responsável pela confecção de laudo, sendo certo que ficou comprovada a necessidade do atendimento domiciliar por enfermeiro 24 horas e de cuidador, diante da gravidade do quadro do paciente.

“Desse modo, comungo do entendimento de que o direito à saúde é, sem sombra de dúvidas, um verdadeiro direito subjetivo, passível de ser exigido judicialmente, independentemente de legislação integradora. O cumprimento dos direitos sociais pelo Poder Público pode ser exigido judicialmente, cabendo ao Judiciário, diante da inércia governamental na realização de um dever imposto constitucionalmente, proporcionar as medidas necessárias ao cumprimento do direito fundamental em jogo, com vistas à máxima efetividade da Constituição”, diz trecho da decisão do dia 26 de março.



Fonte: www.gazetadigital.com.br

Quarta, 02 de abril de 2014, 17h28

pesquisa

Consumidor opta cada vez mais por alimentos saudáveis

Letícia Kathucia, especial para o GD

O consumidor está cada vez mais mudando seus hábitos alimentares e dando preferência para os alimentos mais saudáveis, ainda que fora de casa a procura por alimentos naturais cresceu consideravelmente. Os dados fazem parte de uma pesquisa feita pela Associação das Empresas de Refeição e Alimentação Convênio para o Trabalhador (Assert).

Uma das conclusões da pesquisa é de que está crescendo a procura por alimentos mais saudáveis. Segundo o levantamento, o aumento percebido pelos estabelecimentos no consumo de frutas foi de 61% e de 69%, no caso de verduras e legumes. A preferência por sucos naturais também aumentou cerca de 70%. Em restaurantes executivos, esse crescimento foi de 80%.

Também foi constatado na pesquisa que os restaurantes que oferecem refeições com cardápio de variedades mais saudáveis estão sendo os mais procurados principalmente, pelas pessoas que costumam fazer suas refeições diárias fora de casa. Entre as variedades mais procuradas estão as saladas com 82%. A preocupação com a oferta de produtos frescos e bem escolhidos é um quesito praticamente unânime, 94%, entre os entrevistados.

Para a maioria dos restaurantes que fizeram parte da pesquisa os brasileiríssimos arroz e feijão não têm valor nutricional, menos de um quinto dos restaurantes entrevistados associa a dupla a uma alimentação saudável. Entre os estabelecimentos que servem o chamado prato comercial, esse reconhecimento é de 40%.

Ainda assim a combinação gastronômica tipicamente brasileira é oferecida por 89% dos estabelecimentos. E não é por acaso, houve um aumento no interesse por pratos com arroz e feijão por parte dos consumidores, cerca de 30% na média nacional.

O consumidor procura por refeições mais baratas, mas, que também ofereçam opções mais equilibradas do ponto de vista nutricional. O prato comercial geralmente consiste em arroz, feijão, algum tipo de carne (bife, frango, filé de peixe) e salada, mas, dependendo da localidade podem constar outras opções.



“Embora não ofereça a variedade de um bufê, onde o trabalhador encontra inúmeras opções de saladas, legumes e grelhados, o prato comercial tem uma excelente relação custo-benefício e com uma boa perspectiva no equilíbrio nutricional”, explica o Presidente da Assert, Arthur Almeida.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 03 de abril de 2014 Edição nº 13860 03/04/2014

NOVO JÚLIO MÜLLER

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Leverger embarga obras do hospital

ALECY ALVES

Da Reportagem

As obras do novo hospital-escola Júlio Müller, da Universidade Federal de Mato Grosso, estão paradas desde o final da manhã de ontem.

A Prefeitura de Santo Antonio de Leverger, em uma ação de fiscalização executada pessoalmente pelo prefeito Valdir Ribeiro (PT) e o procurador municipal Fabrício Domingues, decidiu pelo embargo.

Ribeiro alegou que o projeto está sendo executado dentro do perímetro do município que está sob sua gestão e não de Cuiabá, que onde o projeto teria sido aprovado e as taxas pagas.

De acordo com o gestor, a Secretaria de Obras notificou a empresa para apresentação do projeto arquitetônico e recolhimento de taxas junto à administração municipal, o que não aconteceu dentro do prazo estipulado.

Desde 2011, Leverger briga judicialmente para retomada na área onde estão sendo construídas as novas unidades do hospital-escola e da faculdade de medicina da UFMT. A área em disputa tem 127 hectares no e fica à margem da(MT-040), rodovia Palmiro Paes de Barros.

Estão previstos investidos de pouco mais de R\$ 116 milhões para a construção do hospital, sendo que 50% são recursos do governo do estado e 50% do governo federal, do orçamento do Ministério da Educação (MEC).

A construção é de responsabilidade do governo do Estado, por meio das Secretarias das Cidades, e está sob a gestão do vice-governador, Francisco Daltro. Até o fechamento desta edição, nenhum representante do governo ou da UFMT havia se manifestação sobre o embargo.



Fonte: www.folhadoestado.com.br

PF desarticula quadrilha que desviou metade dos recursos da saúde, em Cáceres

Pelo menos R\$2,5 milhões foram desviados dos cofres públicos de Cáceres (250 quilômetros de Cuiabá) através de quadrilha integrada por políticos, empresários e procuradores do município. A verba fazia parte de programas federais do Ministério da Saúde e atenderia a população com a distribuição de medicamentos. Dentre os acusados está o ex-prefeito do município, Túlio Fontes.

A Operação Fidare 1 foi deflagrada na manhã desta terça-feira (1º) e cerca de 113 mandados judiciais devem ser cumpridos: 30 de prisão preventiva, 17 de prisão temporária, 13 de conduções coercitivas e 53 de busca e apreensão nas cidades de Cuiabá, Cáceres e Sinop, no estado do Mato Grosso, além de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Nerópolis, no estado de Goiás.

Conforme informações da polícia, além do ex-prefeito, a atual vice-prefeita Antonia Eliene Liberato Dias, será encaminhada coercivamente para prestar depoimento. Outros envolvidos na quadrilha, como procuradores municipais, proprietários e representantes de grandes empresas do setor farmacêutico foram presos pela PF nesta terça-feira.

A investigação apurou que o esquema criminoso era antigo. Recursos financeiros de três programas federais (Programa de Assistência Farmacêutica, Programa de Saúde da Família e Piso de Atenção Básica à Saúde), destinados à aquisição de medicamentos, eram desviados de diversas formas.

Empresários, em conluio com servidores e agentes públicos, entregavam produtos à Prefeitura de Cáceres/MT sem o devido pagamento. Não era conferido o estoque de medicamentos necessários ao atendimento da população. Posteriormente, licitações eram simuladas para formalizar a aquisição dos medicamentos.

Segundo ainda a PF, a Secretaria Municipal de Saúde também retardava licitações até que houvesse falta completa de material. Os procuradores do município apresentavam pareceres para justificar a compra atrasada de remédios. As licitações eram direcionadas aos fornecedores que possuíam relações de confiança com os secretários municipais.

Outra forma de atuação da quadrilha era a aquisição de produtos sem a devida entrega. Assim, era autorizado o pagamento aos fornecedores mesmo sem o recebimento dos remédios. A pessoa responsável pelo controle dos estoques municipais de medicamentos participava do esquema criminoso, atestando as entregas que não ocorriam.



Além disso, alguns produtos não eram distribuídos e chegavam a perder a validade. Outros eram jogados fora. Conforme ainda informações, a situação provocou até a falta de soro fisiológico nas unidades de saúde da cidade.

Os envolvidos responderão, na medida de suas participações, pelos crimes de desvio de verbas públicas, fraudes a licitações, corrupção ativa e passiva, falsificação de documento, organização criminosa e crime contra a ordem econômica.

Outro lado

Em nota, a prefeitura de Cáceres esclarece que estará a disposição da Polícia Federal para contribuir com as investigações. E ressalta que a operação dura mais de dois anos e cabe ao órgão público o dever de zelar pela lisura dos processos de compras de qualquer produto e de qualquer natureza.

A nota ainda afirma que a prefeitura estará no aguardo de orientações do Poder Judiciário no sentido de instaurar processos administrativos, investigatórios ou proceder com o afastamento de servidores envolvidos na investigação.

A prefeitura ainda ressaltou que o atendimento das Secretarias não envolvidas no caso continuam normalmente, assim como o atendimento médico nas unidades de saúde da cidade.

A assessoria ainda afirmou que a atual vice-prefeita foi somente intimada a depor para a Polícia Federal e que não está envolvida no caso.

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / MEDICINA & SAÚDE

01.04.2014 | 08h15 - Atualizado em 01.04.2014 | 07h07

Tamanho do texto A- A+

Cirurgia bariátrica é arma mais eficaz contra diabetes em obesos, diz estudo

Cirurgias promoveram redução de peso e controle do diabetes.

DO G 1

A cirurgia bariátrica, que consiste em restringir a absorção de alimentos, é de longe o método mais eficaz para controlar o diabetes tipo 2 em pessoas obesas



ou com sobrepeso - é o que mostra um estudo divulgado nesta segunda-feira, que acompanhou pacientes durante três anos.

Cerca de 80% dos 23 milhões de norte-americanos com diabetes também têm sobrepeso ou são obesos, segundo os autores da pesquisa. O estudo clínico foi o mais amplo e de maior duração já realizado, e foi apresentado nesta segunda-feira (31) durante a conferência anual do Colégio Norte-Americano de Cardiologia (ACC), em Washington.

Os 150 participantes, com idades entre 41 e 57 anos no momento do recrutamento, sofriam de diabetes adulta (tipo 2) não controlada. O grupo, composto por 66% de mulheres, foi dividido aleatoriamente em três subcategorias.

O primeiro foi submetido a um tratamento médico intenso, que combinava exercícios, dieta e medicação. O segundo recebeu tratamento anti-diabetes e foi submetido à cirurgia de de bypass gástrico, que reduz o estômago em 2 a 3% de seu volume original mediante a criação de uma derivação no trato digestivo para reduzir a absorção de nutrientes pelo intestino delgado.

Por último, o terceiro grupo - além do tratamento com medicamentos - sofreu uma gastrectomia, que consiste numa incisão no estômago para reduzir seu volume.

O objetivo do estudo, batizado "Stampede", era comparar a eficácia dos três enfoques para o controle do diabetes mantendo uma taxa de açúcar no sangue superior a 6% em média, durante três meses.

Os participantes tinham uma taxa média de glicose de 9,2% antes de começar o estudo.

'Diabesidade', uma verdadeira epidemia

Três anos após as intervenções, somente 5% dos integrantes do primeiro grupo - tratado apenas com medicamentos - foram capazes de controlar o diabetes,



contra 37,5% dos que se submeteram à cirurgia de bypass gástrico e 24,5% daqueles que fizeram a diminuição de estômago.

"Vemos pessoas que tinham a vida devastada pelo diabetes, e três anos mais tarde este estudo mostrou que a cirurgia bariátrica é o tratamento mais eficaz, com maiores efeitos positivos duradouros para pessoas com obesidade de grau II e III", disse Sangeeta Kashyap, endocrinologista da Clínica Cleveland (Ohio, norte dos Estados Unidos), um dos principais autores da pesquisa.

"Mais de 90% dos pacientes submetidos a uma das cirurgias bariátricas conseguiram perder 25% de seu peso e controlar o diabetes sem necessidade de recorrer à insulina ou a múltiplos anti-diabéticos", explicou.

Em comparação, os participantes do primeiro grupo, tratados apenas com uma terapia convencional, reduziram somente 4% de seu peso.

O estudo mostra também que a cirurgia permite melhorar a qualidade de vida dos pacientes e diminuir a necessidade de tomar medicamentos para controle da pressão arterial e dos níveis de colesterol se comparados aos tratados com a terapia convencional.

Assim, os participantes submetidos a um procedimento bariátrico tomavam significativamente menos remédios cardiovasculares e contra o diabetes. O estado mental dos voluntários também apresentou uma notável melhora.

Os médicos ressaltam que, apesar dos grandes benefícios, a cirurgia bariátrica não está isenta de riscos, já que pode acarretar em complicações como sangramento, infecção e embolia.

Nenhuma complicação importante foi observada entre as 100 pessoas que foram submetidas a uma intervenção durante o estudo, segundo os autores da pesquisa. Após um ano, os problemas mais frequentes foram sangramentos e desidratação.



A obesidade, que afeta mais de um terço dos adultos nos Estados Unidos, é o principal fator desencadeador do diabetes tipo 2. As autoridades sanitárias falam de uma verdadeira epidemia, à qual deram o nome de "diabesidade".

Segundo a Associação Norte-Americana de Diabetes, caso a tendência atual continue, um em cada três adultos norte-americanos será diabético em 2050. O estudo também foi publicado na versão online da revista "New England Journal of Medicine".

Fonte: www.midianews.com.br

EQUILÍBRIO / MEDICINA & SAÚDE

01.04.2014 | 00h30 - Atualizado em 31.03.2014 | 15h47

Tamanho do texto A- A+

Pesquisa sugere melhor período para mulher perder peso após gravidez

Médicos chegaram à conclusão que entre três e 12 meses depois do parto é período determinante para voltar ao peso normal

**DIVULGAÇÃO
DO BBC BRASIL**

Uma pesquisa conduzida por médicos do Canadá sugere que o período entre três e 12 meses depois do parto é o ideal para perder os quilos a mais ganhos durante a gravidez.

Segundo o estudo, publicado na revista especializada Diabetes Care, as mães que não conseguem perder o excesso de peso dentro de um ano depois do nascimento do bebê, ou engordam neste período, podem correr sérios riscos de saúde.

Os pesquisadores afirmam que esse grupo pode vir a sofrer problemas como



hipertensão e outros fatores que provocariam diabetes e doenças cardíacas no futuro.

O estudo revelou que os fatores de risco mais elevados para a saúde das mulheres – observados um ano depois do parto e naquelas que não emagreceram – não foram verificados três meses após o nascimento do bebê.

A conclusão sugere que o período crítico para as mulheres perderem pelo menos uma parte do peso extra ganho durante a gravidez se estende de três a 12 meses depois do parto.

Os pesquisadores canadenses acompanharam o emagrecimento depois do parto de um grupo de cerca de 300 mulheres saudáveis. Eles também monitoraram fatores de risco para diabetes e doenças do coração, como a pressão sanguínea, o LDL (colesterol ruim) e a resistência à insulina (hormônio responsável pela redução da glicemia, a taxa de glicose no sangue).

"A maioria das mulheres não está voltando ao peso de antes da gravidez logo imediatamente (depois do parto) e descobrimos que o padrão típico é que mais de 80% não fazem isto durante três meses", disse Ravi Retnakaran, pesquisador em diabetes e clínico do Hospital Mount Sinai, de Toronto, responsável pela pesquisa.

"Sugerimos que, entre três e 12 meses, a mulher já deva estar na trajetória do emagrecimento", acrescentou.

"Percebemos que o período entre três e 12 meses depois do parto é crucial. Neste período, médico e paciente devem prestar atenção ao controle do peso, o que poderá ser muito importante para a saúde metabólica e vascular a longo prazo", afirmou Retnakaran.

Ganho de peso

Por causa do crescimento do bebê, é normal o aumento de peso durante a gravidez. Em média, ao longo dos nove meses de gestação, mulheres costumam



ganhar cerca de 20% ou mais de seu peso total.

Depois do parto, as tentativas de perder peso podem ser prejudicadas pela falta de exercícios e também pela falta de sono.

A pesquisa também mostrou que o peso de uma mulher um ano depois do parto é um forte indício de como será seu peso 15 anos depois.

A hipótese, segundo os médicos do Hospital Monte Sinai, é que o efeito cumulativo do ganho de peso durante cada gravidez contribui para que a mulher tenha um risco maior de desenvolver doenças como diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares.

Ao fim do estudo, os médicos descobriram que 75% das pesquisadas perderam peso entre três e 12 meses após o parto.

Eles acrescentaram que a prática de exercícios foi importante para alcançar a meta.

As 25% restantes que não emagreceram ou que engordaram tinham um perfil que mostrava um risco maior de desenvolver diabetes e doença cardíacas no futuro.

Maureen Talbot, enfermeira cardíaca da organização especializada em cuidados com o coração British Heart Foundation, reconhece que pode ser difícil perder peso depois da gravidez, mas lembra que ficar acima do peso aumenta o risco de ataque cardíaco e derrame.

"Com um bebê novo você vai, sem dúvida, ficar ocupada, então não tente correr para dietas e uma rotina extenuante de exercícios", diz Talbot.

"Ao invés disso, volte a fazer exercícios de forma equilibrada encaixando atividades físicas em sua rotina, por exemplo, uma caminhada na hora do almoço ou uma aula de ginástica com o bebê", acrescentou.



Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / DESVIO DE DINHEIRO

01.04.2014 | 08h19 - Atualizado em 01.04.2014 | 17h02

Tamanho do texto A- A+

PF prende secretário e funcionário de Pronto-Socorro

Suposta quadrilha fraudava recursos de programas do Ministério da Saúde

MidiaNews

Serão cumpridos 113 mandados judiciais e busca e apreensão

**LISLAINE DOS ANJOS
DA REDAÇÃO**

A Polícia Federal, em conjunto com a Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF), deflagrou nesta terça-feira (1º) a Operação Fidare I, com o objetivo de combater desvio de verbas públicas de três programas federais do Ministério da Saúde.

A estimativa é de que a quadrilha que atuava na Prefeitura de Cáceres (225 km a Oeste de Cuiabá) tenha desviado cerca de R\$ 2,5 milhões, nos últimos dois anos.

Estão sendo cumpridos 113 mandados judiciais: 30 de prisão preventiva, 17 de prisão temporária, 13 de conduções coercitivas e 53 de busca e apreensão, nas cidades de Cuiabá, Cáceres e Sinop, em Mato Grosso, além de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Nerópolis, em Goiás.

Entre os conduzidos coercitivamente para prestarem esclarecimentos há um ex-prefeito e a atual vice-prefeita.

Procuradores municipais, proprietários e representantes de grandes empresas do



setor farmacêutico foram presos pela PF hoje.

A investigação apurou que o esquema criminoso era antigo. Recursos financeiros de três programas federais (Programa de Assistência Farmacêutica, Programa de Saúde da Família e Piso de Atenção Básica à Saúde), destinados à aquisição de medicamentos, eram desviados de diversas formas.

Empresários, em conluio com servidores e agentes públicos, entregavam produtos à Prefeitura de Cáceres sem o devido pagamento.

Não era conferido o estoque de medicamentos necessários ao atendimento da população. Posteriormente, licitações era simuladas para formalizar a aquisição dos medicamentos.

A Secretaria Municipal de Saúde também retardava licitações até que houvesse falta completa de material.

Os procuradores do município apresentavam pareceres para justificar a compra atrasada de remédios. As licitações eram direcionadas aos fornecedores que possuíam relações de confiança com os secretários municipais.

Outra forma de atuação da quadrilha era a aquisição de produtos sem a devida entrega. Assim, era autorizado o pagamento aos fornecedores mesmo sem o recebimento dos remédios.

A pessoa responsável pelo controle dos estoques municipais de medicamentos participava do esquema criminoso, atestando as entregas que não ocorriam.

Alguns produtos não eram distribuídos e chegavam a perder a validade. Outros eram jogados fora. A situação provocou a falta de soro fisiológico nas unidades de saúde da cidade.

Os envolvidos responderão, na medida de suas participações, pelos crimes de



desvio de verbas públicas, fraudes a licitações, corrupção ativa e passiva, falsificação de documento, organização criminosa e crime contra a ordem econômica.

Nome da Operação

“Fidare” - em italiano, significa confiança, elemento fundamental para que a organização criminosa desvendada pela PF lograsse êxito em suas atividades.

Também tem o significado de “fiado”, pois os empresários vendiam para a prefeitura para posterior pagamento, em valores superfaturados.

Servidor do Pronto-Socorro é preso - Atualizada às 8h40

O servidor do Pronto-Socorro de Cáceres, Diego Antonini dos Santos, foi um dos presos na Operação nesta manhã. Ele foi trazido para sede da Polícia Federal em Cuiabá.

Dentista também se encontra na PF - Atualizada às 09h00

Também se encontra na Superintendência da PF em Cuiabá, a dentista Jaqueline Navarro, funcionária efetiva da Saúde do município de Cáceres. Ela já exerceu o cargo de secretária de Saúde interina. O período da interinidade coincide com a descoberta de supostas fraudes.

Transferidos para Cuiabá - Atualizada às 09h26

Estão sendo trazidos para Cuiabá o secretário de Finanças, Odner Gonçalves de Sá, e a ex-servidora da Unemat Vânia Costalde. Ela foi contratada da instituição, como professora, até 2007.

Defesa reclama - Atualizada às 09h29

Advogados que estão reclamando da Operação. Segundo eles, as prisões são



arbitrárias. Eles reclamaram também que não tiveram acesso ao inquérito.

Prefeito se posiciona - Atualizada às 09h51

O prefeito de Cáceres, Francis Maris (PMDB), reafirmou nesta terça-feira (1) em entrevista ao MidiaNews, após desencadeada a Operação Fidare, que mantém confiança na atual vice-prefeita Antonia Eliene Liberato Dias, uma das citadas nas investigações. Ela foi conduzida coercitivamente à sede da Polícia Federal para prestar esclarecimentos.

O mesmo posicionamento o prefeito mantém com os demais servidores presos e os conduzidos coercitivamente à PF. “Eu considero normal a operação e estou tranquilo”, disse o prefeito.

Ele não pretende aplicar, neste momento, qualquer punição contra os servidores até que os fatos sejam esclarecidos. Francis reforçou ao MidiaNews que a operação está relacionada às gestões anteriores do município.

Pela manhã, ele despachava no seu gabinete e atendia diretores de uma instituição de ensino que atua no município. A vice-prefeita já atuou como funcionária pública em outras gestões.

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / FRAUDES NA SAÚDE

01.04.2014 | 13h13 - Atualizado em 02.04.2014 | 09h04

Tamanho do texto A- A+

PF diz que empresas e ex-secretários formavam quadrilha



Segundo a PF, bando desviava verbas federais de programas em Cáceres

Tony Ribeiro/MidiaNews

Delegados da PF revelaram, em coletiva, detalhes do esquema montado para desvio de verbas públicas federais em Cáceres

LISLAINE DOS ANJOS DA REDAÇÃO

Quinze empresas com sedes em Mato Grosso e Goiás, servidores municipais e três ex-secretários municipais de Saúde estão envolvidos no esquema montado dentro da Prefeitura Municipal de Cáceres, durante a gestão do ex-prefeito Túlio Fontes (DEM), para desviar verbas públicas de três programas federais do Ministério da Saúde.

O esquema foi revelado nesta manhã (1ª) pela Polícia Federal, durante a Operação Fidare I.

As investigações tiveram início em abril de 2013, após denúncia feita pelo atual prefeito, Francis Maris Cruz (PMDB), ao notar irregularidades na compra de remédios envolvendo os programas de Assistência Farmacêutica, Saúde da Família e Piso de Atenção Básica à Saúde.

De acordo um dos delegados da PF que comanda a operação, Leonardo de Souza Caetano Machado, o prefeito fez um requerimento pedindo a investigação após constatar a falta de medicamentos dentro da Prefeitura.

“Fizemos diligências, recebemos denúncias anônimas e instauramos inquérito e representações para interceptações telefônicas e telemáticas, como dados e e-mails”, disse.

Ao todo, estão sendo cumpridos 113 mandados judiciais, sendo 30 de prisões preventivas, 17 de prisões temporárias, 13 de conduções coercitivas e 53 de busca e apreensão nas empresas envolvidas no esquema, situadas em Cáceres,



Cuiabá, Sinop, Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO) e Nerópolis (GO).

Apenas durante o período de investigação, dos R\$ 5 milhões repassados pelo Governo Federal para a compra de medicamentos, R\$ 2,5 milhões foram desviados em sete processos licitatórios fraudulentos, sendo dois pregões presenciais e cinco contratos por dispensa de licitação, principalmente por meio de carta-convite.

Desses 2,5 milhões, R\$ 1 milhão foi desviado por meio de sobrepreços nas licitações feitas e R\$ 1,5 milhão são frutos de pagamentos feitos por remédios que não foram entregues nos postos de saúde e nas policlínicas da cidade, responsáveis pela atenção básica.

“Não se tratam de medicamentos de alto custo, mas sim remédios essenciais para a população, por exemplo, soro fisiológico”, disse o delegado Machado.

O esquema

O delegado Adriano Rodrigues Junqueira informou que as empresas forneciam os remédios requeridos pelo Município, sem passarem por qualquer processo de licitação.

Na sequência, os servidores montavam uma licitação “de fachada” e já direcionada para as empresas fornecedoras.

O pagamento, então, era feito, mas os remédios jamais eram entregues aos postos de saúde e policlínicas da cidade, responsáveis pela atenção básica.

“As empresas já tinham um esquema entre si e dividiam os lotes entre si, para não ter concorrência. Na hora da licitação, as ‘concorrentes’ elevavam os preços para que uma só ganhasse”, explicou.

A Controladoria-Geral da União (CGU), então, deu início a uma investigação sobre o destino dos recursos, segundo o coordenador de Operações Especiais



da CGU, Israel Carvalho.

“Havia uma total falta de controle do estoque. Eles não sabiam o que comprar, quando e quanto comprar”, afirmou.

Oitivas e prisões

Segundo o delegado Leonardo Machado, há três mandados de prisão preventiva decretados para três ex-secretários de Saúde de Cáceres, entre eles Luiz Laudo Landin e Arlene Alcântara. O terceiro nome não foi revelado.

Alguns servidores municipais de Cáceres também já foram presos e encaminhados à Superintendência da PF, em Cuiabá. Entre eles, há funcionários que ocupavam cargos no setor de Saúde do Município e que, atualmente, trabalhavam em outros locais, como na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

Além disso, o ex-prefeito Túlio Fontes e a atual vice-prefeita Antonia Eliene Liberato Dias – que já ocupou cargo na pasta de Assistência Social do Município, segundo a PF – foram conduzidos coercitivamente à delegacia, em Cáceres, para prestarem esclarecimentos sobre o esquema.

Também estão sendo cumpridos mandados de prisão contra procuradores municipais e proprietários e representantes de grandes empresas do setor farmacêutico.

Fonte: www.midianews.com.br

BRASIL / "MAIS MÉDICOS"

01.04.2014 | 14h45 - Atualizado em 01.04.2014 | 14h33

Tamanho do texto A- A+

Quinta etapa de programa vai atender 184 novas cidades, diz Saúde



Outras 126, que já estão no programa, também poderão receber médicos

DO G1

O Ministério da Saúde informou nesta terça-feira (1º) que 310 cidades consideradas como “de alta vulnerabilidade social” poderão participar da quinta etapa do Mais Médicos. Destas, 126 já participam do programa, mas solicitaram mais profissionais ao governo, e as 184 restantes não aderiram ao plano, porém se encaixam no perfil “prioritário” do ministério.

Nesta terça, o governo publicou no “Diário Oficial da União” o edital da quinta etapa do programa. Foram publicadas as regras e requisitos para que profissionais possam participar do Mais Médicos. Cada município poderá solicitar ao ministério até seis médicos que irão atuar a partir de dois de junho.

A meta inicial do programa, de chegar a 13,2 mil médicos, já foi alcançada, segundo o Ministério da Saúde. Mais de 4 mil municípios aderiram ao programa, além de 32 distritos indígenas, e 45,6 milhões de pessoas são atendidas.

Segundo o ministro Arthur Chioro o objetivo da nova etapa é dar “uma nova oportunidade” aos 184 municípios que não aderiram ao programa, “porque vivem com as populações em situação de alta vulnerabilidade”, além de enviar médicos aos 126 que ainda podem receber mais profissionais.

“Nós identificamos 184 municípios que estavam dentro dos critérios de alta vulnerabilidade e não estavam contemplados pelo programa, que não receberam médicos, tinham equipes desfalcadas e passamos a analisar a situação destes 184”, disse.

De acordo com o ministério, dos municípios que serão contemplados na quinta etapa, 174 estão na região Nordeste; 50 estão no Sudeste; 45, na região Norte; 28, na região Sul, e 13, no Centro-Oeste.

Podem participar do Mais Médicos os profissionais brasileiros tanto formados no



Brasil quanto no exterior – desde que tenham feito o exame de revalidação do diploma –, e estrangeiros. Os brasileiros têm prioridade, de acordo com o governo.

Segundo o ministério, os médicos que participam do programa recebem R\$ 10,4 mil por mês. Ao serem autorizados a participar do programa, os profissionais passam por fase de acolhimento e adaptação e em seguida são encaminhados aos municípios que aderiram ao Mais Médicos.

Médicos cubanos

O ministro Arthur Chioro não descartou novas contratações de médicos cubanos para participar do Mais Médicos na quinta etapa. Segundo ele, há critérios estabelecidos para a contratação de profissionais e um deles prevê a participação dos cubanos, em caso de vagas não preenchidas por brasileiros.

“A lei que criou o programa determina que se abrem as vagas para médicos brasileiros. Depois, médicos intercambistas, aqueles que se formaram no exterior, e, em terceiro lugar, trabalhamos com a Opas [Organização Panamericana de Saúde], que são os médicos cubanos”, disse.

O Brasil mantém contrato com a Organização Panamericana de Saúde (Opas) para a participação de médicos cubanos no programa. Segundo o Ministério da Saúde, o governo repassa à Opas R\$ 10,4 mil por médico e a entidade envia os recursos para o governo cubano, que faz o pagamento para o profissional. No total, os médicos de Cuba recebem US\$ 1,2 mil.

De acordo com Chioro, só serão chamados profissionais cubanos se houver vagas não preenchidas por brasileiros ou estrangeiros. “Nós temos uma programação orçamentária. Para nós, pagar o médico brasileiro, o intercambista ou o cubano, custa a mesma coisa, R\$ 10,4 mil, e isso está previsto, para nós não dá diferença”, disse o ministro.

A contratação dos médicos cubanos virou motivo de polêmica. O Ministério



Público do Trabalho (MPT) moveu ação contra o programa por entender que há ilegalidades quanto aos direitos trabalhistas dos profissionais.

Segundo Chioro, o governo "respeita" a decisão do MPT. Por diversas vezes, o ministro defendeu a legalidade do programa e afirmou que todos os critérios estabelecidos no contrato entre o Brasil e a Opas são respeitados.

No total, de acordo com o Ministério da Saúde, 10,7 mil dos 13,2 mil médicos que atuam no programa são cubanos.

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / SAÚDE PÚBLICA

02.04.2014 | 23h30 - Atualizado em 02.04.2014 | 17h08

Tamanho do texto A- A+

Vacinação contra a gripe neste ano inclui crianças com até 5 anos incompletos

Até o ano passado, apenas crianças na faixa etária de 6 meses a menos de 2 anos recebiam a dose; campanha começa dia 22

DIVULGAÇÃO

DO IG SAÚDE

A campanha nacional de vacinação contra a gripe começa no próximo dia 22 e terá continuidade até 9 de maio. Este ano, crianças com idade entre 6 meses e menos de 5 anos também serão imunizadas. Até o ano passado, apenas aquelas na faixa etária de 6 meses a menos de 2 anos recebiam a dose.

De acordo com o Ministério da Saúde, o público-alvo da campanha em 2014 totaliza 49,6 milhões de pessoas. A meta é vacinar 80% dessa população, que



inclui, além das crianças, os idosos com mais de 60 anos, trabalhadores da saúde, povos indígenas, as gestantes, mães puérperas (até 45 dias após o parto), a população privada de liberdade e os funcionários do sistema prisional.

A orientação é para que pessoas com doenças crônicas não transmissíveis ou com outras condições clínicas especiais também recebam a dose. Elas devem apresentar a prescrição médica no ato da vacinação. Pacientes cadastrados em programas de controle de doenças crônicas no Sistema Único de Saúde (SUS) devem procurar os postos onde estão registrados para receber a vacina.

O secretário de Vigilância em Saúde, Jarbas Barbosa, explicou que a ampliação da faixa etária de menores de 2 para menores de 5 anos beneficia a própria criança e também cria o chamado efeito secundário. “Ao ser vacinada, ela deixa de ser uma possibilidade de transmissão para o idoso ou para uma pessoa com doença crônica que mora dentro de casa.”

A escolha dos grupos considerados prioritários, segundo o ministério, segue recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e é respaldada por estudos epidemiológicos e pela observação do comportamento de infecções respiratórias que têm como principal agente o vírus da gripe.

Ainda de acordo com a pasta, a vacina é segura e pode reduzir em até 45% o número de internações por pneumonias e em até 75% a mortalidade por complicações da gripe.

Serão distribuídas 53,5 milhões de doses que protegem contra três tipos de gripe, incluindo a gripe A. Em todo o país, 65 mil postos de saúde e 240 mil profissionais de saúde participam da campanha. O dia D da campanha será em 26 de abril.

“É importante que a vacinação seja feita nesse período para proteger o maior número de pessoas”, ressaltou o ministro da Saúde, Arthur Chioro, ao garantir que as equipes de saúde estaduais e municipais estão sendo preparadas para o diagnóstico e o tratamento precoce da doença.



Fonte: www.midianews.com.br

BRASIL / SAÚDE PÚBLICA NA BERLINDA

03.04.2014 | 09h30 - Atualizado em 03.04.2014 | 07h22

Tamanho do texto A- A+

Onze meses depois, lei para tratamento de câncer na rede pública não funciona

O Instituto Nacional do Câncer estima que 518 mil novos casos de todos os tipos de câncer são registrados no País por ano

DO MSN

Quase onze meses depois de entrar em vigor, a lei que fixa o prazo de até 60 dias para pacientes com câncer iniciarem o tratamento na rede pública de saúde ainda não foi colocada em prática. O entrave para que pacientes vejam concretizado o direito de acesso a uma terapia no tempo considerado razoável é o Sistema de Informação do Câncer (Siscam), uma ferramenta anunciada poucos dias antes da vigência da lei e que, por ironia, foi classificada pelo então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, como "uma nova etapa do tratamento do câncer no País".

A presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), Maira Caleffi, avalia que a regulamentação limitou e desvirtuou a Lei 12.732/12, que determinou o prazo de 60 dias. "A criação do sistema, por si só, não é um problema. O erro foi condicionar o prazo de 60 dias ao funcionamento completo do Siscam", afirmou.

O Ministério da Saúde, por meio da assessoria de imprensa, afirma que o Siscam, por si só, não impede que a lei seja colocada em prática. Mas reconhece que, como ele não está em funcionamento, não há como fazer o controle de prazos.



O software foi ofertado gratuitamente pelo Ministério para todas as secretarias de Saúde em maio do ano passado. O recurso tem capacidade de reunir o histórico do paciente e do tratamento. A expectativa anunciada pelo ministério era a de que a partir de agosto do ano passado todo o registro de novos casos de câncer no País já estariam sendo feitos pelo Siscam. Na ocasião, a pasta anunciara que estados e municípios que não implantassem o sistema até o fim do ano teriam suspensos os repasses feitos para atendimento oncológico.

O prazo, no entanto, não foi sacramentado em portaria. A oficialização somente ocorreu em dezembro: e a data limite, concedida na época, era março deste ano. Na prática, uma folga dada para os municípios. Agora, o ministério avisa que a data será novamente prorrogada. Embora a portaria ainda não tenha sido publicada com a dada, Estados e municípios já foram avisados sobre o novo fôlego.

De acordo com o Ministério, a ampliação do prazo foi feita para tentar aumentar a adesão de municípios. Pelas contas da pasta, 3.961 municípios receberam senha e até o momento foram cadastrados 1.539 casos de diagnóstico positivo de câncer.

Dificuldades. Maira avalia que esse não é o único problema enfrentado na área de tratamento de câncer, sobretudo o de mama. Como exemplo, ela cita a limitação para o uso de medicamento trastuzumabe para pacientes com câncer de mama com metástase. "Há estudos mostrando que o medicamento traz benefícios para essas pacientes", afirma. "Essas mulheres acabam sendo duplamente penalizadas: demoram para receber o diagnóstico, iniciam o tratamento muitas vezes numa etapa tardia, apresentam metástase e, quando isso ocorre, não têm direito ao uso do remédio."

O Instituto Nacional do Câncer estima que 518 mil novos casos de todos os tipos de câncer são registrados no País por ano. Em 2010, ocorreram 179 mil mortes em decorrência da doença. O câncer dos brônquios e do pulmão foi o tipo que mais matou (21.779), seguido do câncer do estômago (13.402), de próstata (12.778), de mama (12.853) e de cólon (8.385).



Fonte: www.24horasnews.com.br

URMA DE BRANCO

03/04/2014 - 10:55:04

Lauro Nazário | Redação 24 Horas News

Relatório do CFM mostra falta de comprometimento do Governo de MT com a saúde

Com Governo quase terminando, nem metade dos projetos ainda saíram do papel

Poucas obras destinadas a melhoria da saúde da população foram concluídas | Foto: Ilustração

Estado, município, não importa: o caos está estabelecido na saúde pública de Mato Grosso. E a prova não está apenas no atendimento ruim, na falta de médicos, medicamentos ou da estrutura das unidades hospitalares – vistas no dia a dia. Os números são duros. De acordo com dados do Conselho Federal de Medicina, o Governo do Estado atingiu apenas 10% das ações previstas para o sistema de saúde. Isso mesmo: 10%.

Para os especialistas do CFM, essa situação mostra claramente a falta de comprometimento do Estado com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) desde 2011. Mato Grosso possui 777 projetos selecionados no PAC para a pasta da saúde, porém realizou apenas 84 deles. Hoje, 344 projetos do PAC se encontram classificados como “obras ou em execução”, representando 44% do total.

Esse baixo rendimento, apontado em um relatório oficial do CFM, apenas mostra o resultado de má gestão administrativa e aditivos de financiamentos desnecessários. De acordo com o CFM, a saúde não é umas das prioridades do Brasil, como também do Governo de Mato Grosso.

Segundo o conselheiro federal por Mato Grosso, José Fernando Vinagre, cerca de 50% das ações do PAC do período entre 2011 e 2014 ainda estão na fase de



estudos e licenciamento ou em contratação. Ou seja, finalizando o mandato do governo Silval Barbosa, nem a metade das ações que eram para solucionar o problema da saúde no Estado ainda estão em ação preparatória, não saíram do papel.

No ano de 2011 o governador se comprometeu em construir e ampliar 445 Unidades Básicas de Saúde (UBSs), dessas, apenas 25 foram concluídas, como também, às 18 Unidade de Pronto Atendimento (UPA), porém apenas uma foi entregue até dezembro de 2013.

O relatório do conselho informa que o problema na saúde está acontecendo em todo território nacional. O Estado de Mato Grosso aparece em 13º no país em obras inauguradas, se aproximando da média nacional que é de 11% de construções dos projetos apresentados. Esse percentual, no entanto, é o mais baixo entre os estados que integram a região Centro-Oeste.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Terça, 01 de abril de 2014, 15h12

Tamanho do texto A- A+

SEM ATENDIMENTO

Comissão de Direitos Humanos cobra explicação do Samu sobre negar atendimento

O motorista tombou seu caminhão às 6h30 mas 45 minutos depois, o Samu não havia atendido o rapaz e informou sobre a indisponibilidade para realizar atendimento

MAX AGUIAR

A comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, comandada pelo Deputado Emanuel Pinheiro (PR) vai investigar os motivos que levou [o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência \(Samu\) a negar atendimento a um caminhoneiro](#) que estava acidentado na BR-163 na última sexta-feira (28).

O motorista tombou seu caminhão no KM 518 da rodovia por volta das 06h30 e até as 07h30 nenhuma ajuda médica tinha se deslocado ao ponto do acidente. Às 07h15 o



radialista Arizona da Gazeta FM ligou para o Samu e foi atendido por um rapaz que se identificou como Antônio e disse que não iria mandar nenhuma ambulância por que o horário era de 'rush' em Cuiabá.

Segundo o deputado Emanuel Pinheiro, a comissão inicia a investigação realizando a oitiva com o secretário de Saúde do Estado, Jorge Lafetá. Ele ainda será convocado para depor sobre o acontecido. "Nós vamos investigar sim. Um caso como esse é muito grave e queremos explicação. Uma vida é mais importante que qualquer coisa desse mundo", afirmou o deputado.

Com a ausência do Samu, o motorista acidentado só foi removido da pista com ajuda dos companheiros de profissão que arrumaram uma caminhonete, conforme mostra o vídeo abaixo, e o levaram na carroceria do veículo até o hospital de Jangada.

Após atendimento no hospital de Jangada, o motorista levou alguns pontos na cabeça e foi liberado. Ele é natural do Paraná e continua em casa na fase de recuperação.

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

MT Saúde deve pagar cirurgia bariátrica à paciente com obesidade mórbida

03/04/2014 - 11h18

A-

A+

Da Redação

O juiz da Segunda Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá, Márcio Aparecido Guedes, determinou que o MT Saúde libere imediatamente os recursos para a cirurgia bariátrica de uma paciente utilizando os materiais indicados pelo médico que a assiste.

E.F.S. ingressou na Justiça contra o MT Saúde alegando ser portadora de obesidade mórbida, não responder a tratamento clínico e apresentar dificuldades físicas e laborais. Explicou que o médico pediu materiais necessários para realizar o procedimento cirúrgico, mas ao buscar o plano de assistência este não autorizou o valor, alegando que o material solicitado deveria ser custeado conforme tabela do SUS.

A paciente argumentou que o valor autorizado pelo MT Saúde é inferior ao praticado no mercado e que o procedimento a ser realizado é complexo e exige a observância de todas as



especificações técnicas dos materiais solicitados pelo médico.

O magistrado entendeu que as relações contratuais mantidas junto a empresas operadoras de planos de saúde enquadram-se no Código de Defesa do Consumidor. E que este trouxe importantes inovações no âmbito das relações contratuais, permitindo o restabelecimento de uma igualdade e um equilíbrio entre o consumidor e o fornecedor.

“No caso em exame, entendo que, sendo os contratos de plano de saúde de adesão, haja vista que suas cláusulas já vêm prontas, as cláusulas só prevalecem enquanto não se detecta qualquer tipo de abusividade que pressuponha a vantagem exagerada a uma das partes e o desequilíbrio da relação contratual. Hoje, as normas prevalecentes são as que visem à proteção dos direitos da pessoa humana, não permitindo que cláusulas abusivas prejudiquem o consumidor”, diz trecho da decisão.

Fonte: www.vgnoticias.com.br

Novas diretrizes para cursos de medicina incluem estágio obrigatório no SUS

Publicado em: 03/04/2014 às 15:06

As novas diretrizes aprovadas pelo CNE incluem ainda uma avaliação nacional dos estudantes de medicina a cada dois anos, que será obrigatória e classificatória para os programas de residência médica.

Após meses de discussão, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou hoje (03.04) as novas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de medicina, com a obrigatoriedade de que pelo menos 30% da carga horária do estágio obrigatório, em regime de internato, ocorra no Sistema Único de Saúde (SUS), na atenção básica e em serviço de urgência e emergência. O documento segue agora para o ministro da Educação, Henrique Paim, a quem caberá analisar e homologar as diretrizes.

As novas diretrizes aprovadas pelo CNE incluem ainda uma avaliação nacional dos estudantes de medicina a cada dois anos, que será obrigatória e classificatória para os programas de residência médica. A previsão é que a avaliação comece em um prazo de dois anos após a aprovação da medida e seja aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O Inep é uma autarquia do Ministério da Educação responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).



As mudanças foram apresentadas pelo conselho e discutidas em audiência pública no dia 26 de fevereiro com a participação de entidades que representam estudantes de medicina, médicos e instituições de ensino e também integrantes dos ministérios da Saúde e da Educação.

Segundo o conselheiro da Câmara de Educação Superior Arthur Roquete de Macedo, a expectativa é que o Ministério da Educação aprove rapidamente o documento. “Tenho absoluta convicção de que o ministério vai homologar as diretrizes que foram aprovadas hoje no conselho em um prazo relativamente curto. Elas são importantes e consolidam alguns avanços que ocorreram nas diretrizes de 2001, abrem perspectivas para que novos aprimoramentos ocorram, como resultado do avanço da medicina no Brasil, do atendimento do SUS, das transformações sociais e do avanço tecnológico que vai ocorrer”, disse ele.

A reformulação das diretrizes dos cursos de medicina foi motivada pela Lei 12.871/2013, que instituiu o Programa Mais Médicos. Um dos objetivos do programa – aumentar o número de vagas na residência médica – foi incluído nas novas diretrizes. O documento aprovado hoje prevê que, até o final de 2018, os programas de residência médica devem ofertar vagas em número igual ao de egressos dos cursos de graduação em medicina do ano anterior.

Pela resolução aprovada, a duração do curso de medicina ficou confirmada em seis anos. Ao criar o Mais Médicos, o governo cogitou ampliar a duração para oito anos.

Para o conselheiro Arthur Roquete, as mudanças permitem a humanização da formação do médico, sem prejuízo da formação técnica. Ele acredita que o SUS terá capacidade de absorver o trabalho dos médicos que terão de cumprir 30% do estágio obrigatório no sistema. “O SUS já tem oferecido, de forma crescente, a possibilidade de estágios [para alunos] dos cursos de medicina”, disse Roquete, que considera importante os estudantes terem formação condizente com a realidade da medicina praticada no país. “A proposta é que o SUS vá aumentando essa capacidade de absorção”, acrescentou.

Os cursos de medicina em funcionamento têm prazo de um ano, a partir da data de publicação da resolução do CNE, para aplicar as determinações às turmas abertas após o início de sua vigência. Os estudantes matriculados antes da aprovação das novas diretrizes podem optar por concluir o curso com base nas diretrizes anteriores ou nas novas.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

MINISTÉRIO DA SAÚDE E FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE								
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2 - 2011 a 2013								
UF	NO PAPEL			EM ANDAMENTO		Concluído		Total
	Ação Preparatória	Em Contratação	Em Licitação	Em Execução	Em obras	Qtd	%/Total	
AC	73	-	-	3	53	64	33,2%	193
AL	210	26	-	57	216	23	4,3%	532
AM	192	23	-	19	155	61	13,6%	450
AP	31	-	-	13	64	22	16,9%	130
BA	944	224	-	53	925	208	8,8%	2354
CE	614	104	-	26	700	260	15,3%	1704
DF	41	-	-		3	3	6,4%	47
ES	135	36	-	20	94	18	5,9%	303
GO	473	67	-	65	262	83	8,7%	950
MA	615	36	-	41	721	158	10,1%	1571
MG	993	139	-	187	472	105	5,5%	1896
MS	146	13	-	22	190	109	22,7%	480
MT	286	63	-		344	84	10,8%	777
PA	538	31	-	2	548	183	14,1%	1302
PB	348	104	5	79	398	135	12,6%	1069
PE	538	29	-	92	535	99	7,7%	1293
PI	580	95	-	65	526	148	10,5%	1414
PR	505	66	-	152	452	194	14,2%	1369
RJ	294	17	-	21	255	50	7,8%	637
RN	331	57	2	39	211	72	10,1%	712
RO	103	7	-	18	81	43	17,1%	252
RR	52	5	-	9	62	25	16,3%	153
RS	544	253	-	61	289	82	6,7%	1229
SC	408	122	-	23	176	91	11,1%	820
SE	200	27	-	31	111	16	4,2%	385
SP	1.019	65	-	34	400	145	8,7%	1663
TO	115	66	-	6	128	66	17,3%	381
TOTAL	10.328	1.675	7	1.138	8.371	2.547	10,6%	24066

Fonte: Ministério do Planejamento - Elaboração: Conselho Federal de Medicina



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

- See more at: <http://www.24horasnews.com.br/noticias/ver/relatorio-do-cfm-mostra-falta-de-comprometimento-do-governo-de-mt-com-a-saude.html#sthash.2ij9bnE3.dpuf>

Fonte: www.vgnoticias.com.br

Ruas esburacadas, escolas depredadas, Pronto-Socorro sem medicamentos e prefeito licita empresa por mais de R\$ 2,5 milhões para cuidar de paisagismo em VG

Publicado em: 02/04/2014 às 16:50

por Izabella Araújo/VG Notícias

Tamanho da Letra [A](#) [A](#) [A](#)

Foto:VG Notícias



Clique na imagem para ampliar

Licitação para paisagismo, mais de R\$ 2,5 milhões. Ruas estão todas esburacadas.



Enquanto a população várzea-grandense sofre com os buracos e, em algumas ruas já são crateras, falta d'água e o caos na saúde, o prefeito Wallace Guimarães (PMDB), vai contratar por meio de pregão presencial, empresa especializada em paisagismo, conforme divulgação no site oficial da Prefeitura. **Confira final da matéria.**

O prefeito Wallace Guimarães vai gastar mais de R\$ 2,5 milhões com empresa de paisagismo, moradores pagam do bolso para tapar buracos em frente às residências para deixar as ruas em condições de trafegabilidade.

O aviso de pregão foi publicado no Jornal da Associação Mato-grossense (AMM), no último dia 31, e o valor do certame é de mais de 2,5 milhões. A contratação é para prestação de serviços de grama em placas (tapete), muda de árvores e plantas ornamentais de diversas espécies. Segundo o setor de licitação, o pregão estava previsto para o dia 04, mas foi prorrogado para o próximo dia 10.

PREGÃO PRESENCIAL N. 13/2014

O valor global estimado pela Secretaria de Administração – Setor de Compras é de

R\$ 2.504.091,88 (Dois milhões quinhentos e quatro mil noventa e um reais e oitenta e oito centavos).

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

ESPECIALIZADA, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAISAGISMO, COM O

FORNECIMENTO DE GRAMA EM PLACAS (TAPETE), MUDAS DE ÁRVORES, PLANTAS

ORNAMENTAIS DE DIVERSAS ESPÉCIES, PRONTAS PARA PLANTIO EM ÁREAS VERDES,

PASSEIO PÚBLICO, CANTEIROS CENTRAIS DE RUAS E AVENIDAS, DESTINADAS A

ATENDER O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, a empresa deverá realizar o plantio dos

materiais, nos locais indicados pelo Município e anexo;

O pregão sera realizado às 13h do dia 10 de abril de 2014



Clipping Saúde em Foco



The screenshot shows a web browser window with the URL `e-gov.betha.com.br/transparencia/con_licitacoes.faces?mun=CYA2faOGv-4`. The page title is "Município de Várzea Grande - MT". A modal window titled "Descrição da licitação" is open, displaying the following information:

Cidade:	Várzea Grande
UF:	MT
Número da licitação:	13
Número de itens:	221
Número do processo:	29
Situação:	Aberta
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAISAGISMO, COM O FORNECIMENTO DE GRAMA EM PLACAS (TAPETE), PRONTAS PARA O PLANTIO DE MUDAS DE ARVORES, PLANTAS ORNAMENTAIS DE DIVERSAS ESPECIES, PARA O PLANTIO EM AREAS VERDES E PASSEIO PUBLICO, DESTA MUNICIPALIDADE
Contato:	PAULO BALBINO DA SILVA
Fone:	(65)3688 8020
Recebimento de envelopes até:	04/04/2014 13:00:00
Data e hora da abertura dos envelopes:	04/04/2014 13:00:00

The background shows a list of bidding processes with columns for year, status, date, and description. The Windows taskbar at the bottom shows various application icons and the system tray with the date and time.